

Tucano Holding III S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Tucano Holding III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

- ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

TUCANO HOLDINGS III S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	16	122	64.257	Fornecedores		163	193	3.652	3.612
Investimentos de curto prazo	3	38.250	64.332	120.828	192	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	451	-
Contas a receber de clientes		-	-	1.943	-	Dividendos a pagar		19.046	-	19.046	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis		2.171	291	3.181	294	Outros tributos a pagar		20	81	236	348
Outros tributos a recuperar		-	-	1.204	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	76.754	-	80.108	-
Outros ativos		-	-	77.598	1.667	Outras obrigações		-	-	18.816	56
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		40.434	64.639	204.876	66.410	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		95.983	274	122.309	4.016
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados		-	-	8.142	-	Fornecedores		-	26	-	2.967
Contas a receber partes relacionadas		12.600	-	12.600	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	226.822	199.778	567.384	199.778
Tributos e contribuições sociais compensáveis		-	-	-	359	Passivo de arrendamento		-	-	14.036	13.799
Investimentos em controladas	4	465.863	310.422	-	-	Tributos diferidos		-	-	2.446	-
Outros ativos		-	-	370	370	Outras obrigações		58	-	22.308	91
Imobilizado, líquido	5	-	-	658.468	290.977	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		226.880	199.804	606.174	216.635
Intangível, líquido		-	-	40.061	37.518						
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		478.463	310.422	719.641	329.224						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Capital social subscrito e integralizado		176.935	176.935	176.935	176.935
						Reserva legal		2.005	-	2.005	-
						Reserva de investimentos		17.094	-	17.094	-
						Prejuízos acumulados		-	(1.952)	-	(1.952)
						TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	196.034	174.983	196.034	174.983
TOTAL DO ATIVO		518.897	375.061	924.517	395.634	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		518.897	375.061	924.517	395.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	8	-	-	81.899	-
Custo de produção e operação de energia	9	-	-	(19.728)	-
LUCRO BRUTO		-	-	62.171	-
CUSTOS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(554)	(277)	(1.980)	(393)
Outras despesas operacionais		(442)	(25)	(502)	(93)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(996)	(302)	(2.482)	(486)
RESULTADO BRUTO		(996)	(302)	59.689	(486)
Resultado de equivalência patrimonial		74.564	7.344	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	10				
Receitas financeiras		7.101	1.752	15.846	1.783
Despesas financeiras		(40.572)	(9.360)	(31.602)	(1.863)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(33.471)	(7.608)	(15.756)	(80)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO		40.097	(566)	43.933	(566)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(562)	(1.390)	(562)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(2.446)	-
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	11	-	(562)	(3.836)	(562)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		40.097	(1.128)	40.097	(1.128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.097	(1.128)	40.097	(1.128)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	40.097	(1.128)	40.097	(1.128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos		(Prejuízos) Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020		105.535	-	-	(824)	104.711
Aumento de capital		71.400	-	-	-	71.400
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.128)	(1.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	176.935	-	-	(1.952)	174.983
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.097	40.097
Constituição da Reserva Legal		-	2.005	-	(2.005)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(19.046)	(19.046)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	17.094	(17.094)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	176.935	2.005	17.094	-	196.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

4

Notas	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Atividades operacionais:					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.097	(1.128)	40.097	(1.128)	
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	5	-	(706)	7.790	(197)
Atualização monetária	6	11.926	-	11.926	-
Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo		(5.628)	(395)	(12.756)	(395)
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	-	1.263
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	6/4	10.087	1.837	18.593	1.837
Amortização do custo de transação	6	938	-	1.050	-
Resultado de equivalência patrimonial	4	(56.896)	885	-	-
		524	493	66.700	1.380
Variação dos ativos e passivos operacionais		(14.081)	6	(60.216)	2.952
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(2)	(1.317)	(2)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		3.403	422	8.792	423
Pagamento de juros sobre empréstimos	6	(10.032)	-	(10.032)	-
Caixa líquido usado (gerado) pelas atividades operacionais		(20.186)	919	3.927	4.753
Atividades de investimentos:					
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		(36.290)	12.290	(115.313)	12.290
Aquisição de imobilizado	5	-	-	(357.485)	(214.627)
Aumento/Redução de capital em controladas	4	(80.877)	(210.873)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(117.167)	(198.583)	(472.798)	(202.337)
Atividades de financiamentos:					
Aumento de capital	7	-	71.400	-	71.400
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	6	(70.000)	-	(70.000)	-
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	6	145.000	200.000	479.424	200.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	6	(1.790)	(9.582)	(4.688)	(9.582)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		73.210	261.818	404.736	261.818
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(64.143)	64.154	(64.135)	64.234
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		64.156	2	64.257	23
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		13	64.156	122	64.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano Holdings III S.A. (“Tucano III” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, ESC 121, Torre A - Torre Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 05 de dezembro de 2019, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A (“AES Operações”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, em fase de construção, compostas de três parques eólicos Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8. A Companhia iniciou a fase de testes em junho de 2022 e a entrada em operação comercial deste Complexo, está prevista para ser iniciada em abril de 2023.

Em 19 de junho de 2020 a Tucano Holding I controladora da Companhia cedeu via aporte de capital os investimentos da Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 e a partir dessa data a Companhia passou a ter o controle dessas subsidiárias. Adicionalmente, no mesmo momento a Tucano Holding I cedeu via aporte de capital o intangível de direitos de exploração de autorização reconhecido decorrente da aquisição do projeto eólico Tucano.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2022	2021
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	Geração eólica	Salvador, BA	100%	100%

Complexo Eólico Tucano

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Tucano F6	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	22,9
Tucano F7	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	9	55,8	27,7
Tucano F8	Bilateral	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	23,1
Total						25	155	73,7

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 29 de março de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 2022 no montante de R\$ 55.550 está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. O capital circulante líquido negativo é motivado pela emissão de notas comerciais em 2022 que, tem por objetivo, a destinação para pagamento de despesas e gastos futuros, reembolso de despesas e gastos incorridos relacionados aos projetos Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 e uso gerais, inclusive reforço de caixa da Companhia. A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Numerário disponível	13	16	122	117
Operações compromissadas	-	64.140	-	64.140
Subtotal	13	64.156	122	64.257

Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CDB-DI	38.250	192	120.828	192
Subtotal	38.250	192	120.828	192
Total	38.263	64.348	120.950	64.449

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 100,52% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (82,59% em 31 de dezembro de 2021).

4 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2022	2021
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	436.659	280.766
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	29.204	29.656
Total	465.863	310.422

- (i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível"

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2022
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	96.958	43.014	(18.155)	16.839	75	(146)	138.585
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	121.647	47.138	(31.355)	22.492	6.306	(159)	166.069
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	91.817	40.235	-	18.015	11.287	(145)	161.209
Total	310.422	130.387	(49.510)	57.346	17.668	(450)	465.863

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2021
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	29.668	65.278	(552)	2.335	229	96.958
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	33.075	85.531	(171)	2.964	248	121.647
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	29.462	60.064	(162)	2.224	229	91.817
Total	92.205	210.873	(885)	7.523	706	310.422

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização; conforme política interna, a amortização do Direito de exploração de autorização, foram estornados e serão amortizados a partir da entrada em operação do empreendimento.
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso".

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Tucano F6	100%	259.459	132.743	110.569	126.716	16.839
Tucano F7	100%	304.330	157.814	124.343	146.516	22.492
Tucano F8	100%	253.300	115.064	120.524	138.236	18.015

5 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), quando o imobilizado em curso estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil econômica dos bens.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2022				2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,63%	55.583	(1.450)	54.133	16.374
Máquinas e equipamentos	4,93%	291.740	(5.555)	286.185	20.325
Imobilizado em serviço		347.323	(7.005)	340.318	36.699
Imobilizado em curso (i)		308.996	-	308.996	243.400
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,30%	10.225	(1.071)	9.154	10.878
Total		666.544	(8.076)	658.468	290.977

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,30%

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2022
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Juros capitalizados	Depreciação	
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.374	-	39.154	-	(1.395)	54.133
Máquinas e equipamentos	20.325	-	271.347	-	(5.487)	286.185
Imobilizado em curso	243.400	354.656	(310.501)	21.441	-	308.996
Direito de uso de terreno arrendado	10.878	(1.358)	-	-	(366)	9.154
Total líquido	290.977	353.298	-	21.441	(7.248)	658.468

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2021
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Juros capitalizados	Depreciação	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	16.429	-	(55)	16.374
Máquinas e equipamentos	-	-	20.392	-	(67)	20.325
Em curso	62.478	210.220	(36.821)	7.523	-	243.400
Direito de uso de terreno arrendado	11.265	-	-	-	(387)	10.878
Total líquido	73.743	210.220	-	7.523	(509)	290.977

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora									
		2022									
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,5865%	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165
Nota Comercial	2023	CDI + 2,25%	75.000	3.009	(598)	77.411	-	-	-	-	77.411
Total das debêntures			75.000	3.009	(1.255)	76.754	218.026	17.976	(9.180)	226.822	303.576

		Consolidado									
		2022									
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Empréstimos - BNB	2045	IPCA + 2,6623%	2.973	534	(153)	3.354	331.452	11.743	(2.633)	340.562	343.916
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,5865%	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165
Nota Comercial	2023	CDI + 2,25%	75.000	3.009	(598)	77.411	-	-	-	-	77.411
Total das debêntures			77.973	3.543	(1.408)	80.108	549.478	29.719	(11.813)	567.384	647.492

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Empréstimos, financiamentos e debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Ingressos	200.000	-	200.000
Encargos financeiros	3.260	-	3.260
Variação monetária	6.100	-	6.100
Diferimento de custos de transação	(9.581)	-	(9.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	199.779	-	199.779
Ingressos	-	145.000	479.424
Encargos financeiros	14.715	13.040	33.053
Variação monetária	11.926	-	18.906
Pagamento de principal	-	(70.000)	(70.000)
Pagamento de encargos financeiros	-	(10.032)	(10.032)
Diferimento custos de transação	(864)	(926)	(4.688)
Amortização custos de transação	610	328	1.050
Saldos em 31 de dezembro de 2022	226.166	77.410	647.492

a. Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Encargos	Custos de transação	Total	Empréstimos	Debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2024	19.840	17.976	(714)	37.102	9.949	19.840	18.342	(881)	47.250
2025	11.752	-	(613)	11.139	14.333	11.752	527	(785)	25.827
2026	12.929	-	(584)	12.345	15.502	12.929	570	(757)	28.244
2027	13.954	-	(534)	13.420	16.986	13.954	625	(706)	30.859
2028	6.279	-	(544)	5.735	16.650	6.279	612	(2.493)	21.048
Após 2029	153.272	-	(6.191)	147.081	258.032	153.272	9.043	(6.191)	414.156
	218.026	17.976	(9.180)	226.822	331.452	218.026	29.719	(11.813)	567.384

6.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

6.3 Característica da dívida

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Tucano Holding III	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	200.000	15/09/2021	IPCA + 6,59%	Semestral (a partir 2024)	Semestral (a partir 2024)	226.167	Setembro de 2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladas	Empréstimos - BNB	334.425	01/04/2022	IPCA + 2,6623%	Mensal	Mensal	343.916	Julho de 2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Tucano Holding III	Nota comercial	145.000	08/04/2022	CDI + 2,25%	Anual	Anual	77.410	Setembro de 2023	Pagamento de despesas e gastos futuros, reembolso de despesas relacionados aos projetos das controladas.

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA e CDI em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

A Unipar e a Tucano Holding I S.A., são acionistas da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 176.935 representado por 176.935 ações, sendo ações ordinárias 88.467 nominativas e sem valor nominal e 88.467 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações da Companhia:

	2022				2021			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
AES Tucano Holding I S.A.	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%
Unipar Carbocloro S.A.	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%
Total das ações	88.467	100%	88.467	100%	88.467	100%	88.467	100%

7.1 RESERVAS DE LUCROS

(a) Reserva de investimento

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2022.

(b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 2.005 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

7.2 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

A Diretoria aprovou em 14 de fevereiro de 2023, proposta de pagamento de dividendos intermediários sobre a expectativa do lucro do exercício de 2022, no valor de R\$ 19.046.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

	Consolidado	
	2022	
	MWh	R\$
Contratos bilaterais	34.404	5.023
Lucro cessante (i)	-	77.469
Outros	-	2.516
Receita operacional bruta	34.404	85.008
(-) PIS e COFINS	-	(3.104)
(-) ICMS	-	(5)
Receita operacional líquida	34.404	81.899

(i) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por achievement of substantial completion para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2022	
Depreciação e amortização		(7.790)
Encargos de transmissão		(7.062)
Contratos bilaterais		(4.581)
Serviços de terceiros		(254)
Spot		(23)
Material		(10)
Arrendamentos e aluguéis		(8)
Total		(19.728)

10 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	5.628	1.837	12.756	1.851
Variações monetárias	1.818	-	3.431	19
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(346)	(85)	(346)	(87)
Outras receitas financeiras	1	-	5	-
Total	7.101	1.752	15.846	1.783
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(28.694)	(3.260)	(41.084)	(3.260)
Variações monetárias	(11.926)	(6.100)	(11.926)	(6.100)
Tarifas e encargos bancários	-	-	(29)	(26)
(-) Transferência para imobilizado	-	-	21.441	7.523
Outras despesas financeiras	48	-	(4)	-
Total	(40.572)	(9.360)	(31.602)	(1.863)
Total líquido	(33.471)	(7.608)	(15.756)	(80)

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente	-	-	(407)	(155)	990	400	-	-
Diferidos	-	-	-	-	1.588	858	-	-
Total	-	-	(407)	(155)	2.578	1.258	-	-
Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	40.097	40.097	(566)	(566)	43.933	43.933	(566)	(566)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(57.346)	(57.346)	179	179	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	16.747	16.747	-	-	16.747	16.747	903	903
Amortização do intangível	450	450	257	257	450	450	(706)	(706)
Despesas não necessárias	32	32	-	-	32	32	-	-
Atualização SELIC de créditos tributários	(31)	(31)	-	-	(31)	(31)	(19)	(19)
Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)	51	51	-	-	51	51	-	-
Capitalização de rendimentos CPC 20 - debêntures	-	-	1.856	1.856	-	-	-	-
Ajuste Lucro Presumido	-	-	-	-	(50.582)	(47.203)	-	-
Total das adições (exclusões)	(40.097)	(40.097)	2.292	2.292	(33.333)	(29.954)	178	178
Resultado ajustado	-	-	1.726	1.726	10.600	13.979	(388)	(388)
Alíquota nominal	15%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Total da despesa com tributos	-	-	(432)	(155)	(2.650)	(1.258)	-	-
Ajuste Adicional IR	-	-	25	-	72	-	-	-
Total da despesa com tributos	-	-	(407)	(155)	(2.578)	(1.258)	-	-
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	-71,9%	-27,4%	5,9%	2,9%	0,0%	0,0%

A composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído por Companhia:

	Prejuízo Fiscal	Base negativa de contribuição social	Diferenças temporárias	Total
Tucano F6	698	698	-	1.396
Tucano F7	325	325	-	650
Tucano F8	309	309	-	618
Tucano Holding III	16.747	16.747	501	33.995
Consolidado	18.079	18.079	501	36.659

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado		Consolidado		Categoria
		2022		2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	122	122	117	117	Custo amortizado
Operações compromissadas	3	-	-	64.140	64.140	Custo amortizado
investimento de curto prazo	3	120.828	120.828	192	192	Valor justo por meio do resultado
Total		120.950	120.950	64.449	64.449	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		3.652	3.652	6.579	6.579	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	647.492	647.492	199.778	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		14.036	14.036	13.799	12.536	Custo amortizado
Total		665.180	665.180	220.156	19.115	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	122	64.256
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	120.828	192
Total	120.950	64.448

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	647.492	199.778
Caixa e equivalentes de caixa	(122)	(64.256)
Investimentos de curto prazo	(120.828)	(192)
Dívida líquida	526.542	135.330
Patrimônio líquido	196.033	174.983
Dívida líquida / Patrimônio líquido	268,60%	-11,96%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.652	-	-	-	3.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	73.077	73.960	420.347	567.384
Passivo de arrendamento	-	399	349	13.288	14.036
Total	3.652	73.476	74.309	433.635	585.072

(b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2022. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.